



PROCESSO Nº:

**TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO QUE
ENTRE SI FIRMAM A PBH ATIVOS S.A. E A
FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E
ZOOBOTÂNICA (FPMZB) PARA A
REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE
ASSESSORAMENTO NO ACOMPANHAMENTO
DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO PARQUE
MUNICIPAL DAS MANGABEIRAS.**

A **FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA (FPMZB)**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.276.220/0001-91, com sede na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 8.000, bairro Bandeirantes, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.365-743, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Sérgio Augusto Domingues, doravante denominada **FPMZB**, e a **PBH ATIVOS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605, 10º andar, bairro Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.160-919, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **PBH ATIVOS**, denominados por **PARTÍCIPIES**, considerando:

- Que foi homologada, em 21 de janeiro de 2023, a Concorrência nº 002/2022 – SMFA, cujo objeto é a concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras (estacionamento, parque esportivo, edifício de apoio, ciranda de brinquedos, praça das águas e teatro de arena), para fins de gestão, operação e manutenção destes espaços, bem como para a execução de obras de requalificação da infraestrutura existente e exploração de atividades comerciais;
- Que o Estatuto Social da PBH Ativos S.A., prevê dentre seu objeto social (i) auxiliar o Município de Belo Horizonte na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, e (ii) auxiliar o Município de Belo Horizonte em projetos de concessão e parceria público-privada;
- Que foi aprovada a metodologia de cálculo, para pagamento da PBH Ativos, pelo Conselho de Administração da PBH Ativos S.A.;
- Que o Capítulo VII do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da PBH ATIVOS (Instrução Normativa n. 007/2022) dispõe sobre os convênios e instrumentos congêneres;
- A competência da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB), disposta na Lei Municipal nº 11.065/2017 e no Decreto Municipal 16.774/2017;
- Por fim, o interesse comum dos PARTÍCIPIES, conforme competências legais, em realizar atividades de assessoramento do contrato de concessão do Parque Municipal das Mangabeiras.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, nos termos das cláusulas que se seguem.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para assessoramento à Fundação de Parques Municipais e Zootônica (FPMZB) em relação aos procedimentos inerentes à assinatura do contrato de concessão, bem como o acompanhamento da execução do referido contrato, cujo objeto é concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras (estacionamento, parque esportivo, edifício de apoio, ciranda de brinquedos, praça das águas e teatro de arena), para fins de gestão, operação e manutenção destes espaços, bem como para a execução de obras de requalificação da infraestrutura existente e exploração de atividades comerciais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao Contrato de Concessão, necessários ao assessoramento prestado pela PBH ATIVOS, são de responsabilidade da FPMZB, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- 2.2. A PBH ATIVOS poderá consolidar as informações prestadas pela FPMZB, podendo combiná-las com outras informações obtidas externamente, inclusive junto a consultores eventualmente contratados para esse fim.
- 2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH ATIVOS não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto nº 15.534/2014, e no art. 3º do Decreto nº 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.003/2010.
- 2.4. A FPMZB, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão do Contrato de Concessão e, portanto, pela validação dos produtos oriundos do presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega, devendo os atos realizados no contrato serem tecnicamente subsidiados pelo setor responsável.
- 2.5. A troca de documentos e informações entre os PARTÍCIPIES e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPIES

- 3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, compete à FPMZB:
- a) Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
 - b) Acompanhar e gerir a execução do Contrato de Concessão;
 - c) Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução do Contrato;
 - d) Manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH ATIVOS as



informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao Contrato de Concessão; Comunicar à PBH ATIVOS a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer a adequada gestão do Contrato de Concessão;

- e) Demandar formalmente a PBH Ativos para o assessoramento econômico financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão do Contrato de Concessão;
- f) Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da PBH Ativos para alinhamento dos diversos aspectos da gestão do Contrato de Concessão, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- g) Encaminhar à Procuradoria Geral do Município – PGM ou ao setor jurídico próprio todos os produtos que vierem a ser entregues pela PBH Ativos, quando esta for demandada para auxiliar a FPMZB na gestão do Contrato de Concessão.

3.2. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, compete à PBH ATIVOS:

- a) Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- b) Prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica, quando demandada pela FPMZB, para fins da adequada gestão e acompanhamento do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitando, à:

I - apoiar a análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada aplicação, ressalvada a competência legal da Procuradoria Geral do Município - PGM ou do setor jurídico próprio do partícipe;

II - auxiliar no esclarecimento de dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas;

III - apoiar a análise de critérios, procedimentos e valores referentes às receitas acessórias do serviço concedido;

IV - auxiliar a FPMZB no acompanhamento e execução do cumprimento das obrigações contratuais relativas às condições físicas, operacionais e financeiras da Concessionária durante todo o período da Concessão, incluindo a coordenação do recebimento do serviço concedido;

V - apoiar na celebração de termos aditivos decorrentes das necessidades de alterações no Contrato, inclusive os decorrentes de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiros.

- c) Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da FPMZB para alinhamento dos diversos aspectos do Contrato de Concessão, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- d) Comunicar a FPMZB a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado assessoramento à gestão do Contrato de Concessão;
- e) Elaborar relatório com a consolidação das despesas incorridas para o desenvolvimento das atividades de assessoramento à gestão do contrato, o qual será utilizado para fins de definição do reembolso à PBH Ativos, pela FPMZB.

3.3. Para cada uma das demandas verificadas, a FPMZB deverá acionar a PBH Ativos, por



meio de Ofício, que responderá formalmente em documento constando a apuração de horas e valores correspondentes para fins de reembolso.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO RESSARCIMENTO

- 4.1. A FPMZB deverá ressarcir a PBH ATIVOS nos termos do Anexo I e II, integrante deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, e conforme documentos comprobatórios das despesas, a serem apresentados a FPMZB.
- 4.2. O valor estimado do reembolso pelas atividades de assessoramento no Contrato de Concessão prestadas pela PBH Ativos FPMZB é de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais) anuais e de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil Reais) pelo período de 60 meses e contempla as despesas diretas e indiretas incorridas pela PBH Ativos.
- 4.3. O valores estimados são apenas uma referência, razão pela qual poderão ser acrescidos, desde que devidamente justificado e previamente autorizado pela FPMZB
- 4.4. Se durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, ocorrer o disposto no item 4.3, os PARTÍCIPES deverão celebrar Termo Aditivo ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, estimando novas horas de trabalho e novo valor estimado de ressarcimento.
- 4.5. O ressarcimento à PBH Ativos S.A. pelas atividades desempenhadas serão calculados conforme metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da PBH Ativos S.A., nas reuniões de 24 de novembro de 2016; 25 de outubro de 2018 e 29 de junho de 2022.
- 4.6. A FPMZB deverá providenciar o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da entrega do Relatório Final de cada uma das atividades para as quais a PBH Ativos for acionada.
- 4.7. A despesa decorrente deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO será acobertada pela seguinte dotação:

2505.1100.18.541.073.2900.0001.339093.01.1.501.784

- 4.8. Na eventualidade da metodologia de cálculo ser alterada, os PARTÍCIPES poderão celebrar Termo Aditivo ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, caso compatível com este instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

- 5.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 60 meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei e mediante celebração de Termo Aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

- 6.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO poderá ser extinto em razão:

- I. Da conclusão do seu objeto;
- II. Do término do prazo de vigência;
- III. Por acordo entre os PARTÍCIPES;



- IV. De denúncia unilateral de qualquer dos PARTÍCIPES, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro PARTÍCIPE não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.
- 6.2. O encerramento nos casos previstos no item 6.1 não exclui os direitos e obrigações remanescentes, de cada PARTÍCIPE, oriundos de atos ou fatos ocorridos durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.
- 6.3. Para a aplicação do subitem 6.2 supra deve-se considerar cada etapa constante no ANEXO I – PLANO DE TRABALHO como produto independente e passível de remuneração e aproveitamento.
- 6.4. Os PARTÍCIPES definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 6.1.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 7.1. É de responsabilidade da FPMZB proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. Os prazos previstos no presente instrumento contar-se-ão em dias corridos, exceto nos casos em que haja menção expressa à contagem em dias úteis.
- 8.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os PARTÍCIPES.
- 8.3. Aplica-se ao TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.
- 8.4. As partes e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10, §2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e do art. 6º do Decreto nº 10.278/2020, bem como dos Decretos Municipais n. 17.710/2021 e n. 17.711/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

- 9.1. OS PARTÍCIPES elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ANEXOS

- 10.1. Constituem anexos ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, integrando-o para todos os efeitos de direito:
- Anexo I: Plano de Trabalho;
- Anexo II: Cronograma de Execução.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA

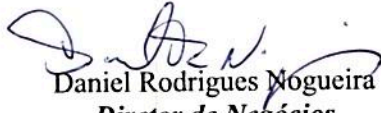
E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavrou-se o presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, que será assinado pelos PARTICIPES em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 14 de Julho de 2023.



Aline Rolla Moraes Kienulff
Presidente


FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA


Pedro Meneguetti
**Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A**


Daniel Rodrigues Nogueira
**Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A**

Testemunhas:

1. 
Nome: Nelson Glauk de Azevedo
CPF: 588.990.066/87

2. 
Nome: EDUARDO FERREIRA GOULART
CPF: 103.884.136/46



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

I. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para assessoramento à Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) em relação aos procedimentos inerentes à assinatura do contrato de concessão, bem como o acompanhamento da execução do referido contrato, cujo objeto é concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras (estacionamento, parque esportivo, edifício de apoio, ciranda de brinquedos, praça das águas e teatro de arena), para fins de gestão, operação e manutenção destes espaços, bem como para a execução de obras de requalificação da infraestrutura existente e exploração de atividades comerciais.

II. METAS A SEREM ATINGIDAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica a entrega dos seguintes produtos e serviços:

I. Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento do Contrato de Concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro porventura apresentados e a elaboração de termos aditivos;

II. Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão e acompanhamento do Contrato de Concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro porventura apresentados e a elaboração de estudos técnicos necessários para a elaboração de possíveis termos aditivos.

III. ETAPAS DE EXECUÇÃO

O assessoramento será desempenhado em 2 etapas independentes entre si e podem, inclusive, serem executadas concomitantemente, conforme descrição a seguir:

Etapa 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica ao Contrato de Concessão

Etapa	Definição	Especificação	Prazo estimado
1	Análise Jurídica do Contrato de Concessão	Análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada interpretação e aplicação,	Conforme a demanda e cronograma específico



		limitada ao âmbito do Contrato de Concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras e dos termos aditivos que eventualmente serão celebrados	acordado entre os PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO
--	--	---	---

Etapa 2: Análise econômico-financeira do Contrato


Etapa	Definição	Especificação	Prazo estimado
2	Análise Econômico-Financeira do Contrato de Concessão	Análise econômico-financeira dos valores do contrato para fins de dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de outorga, aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas, limitada ao âmbito do Contrato de Concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras e dos termos aditivos que eventualmente serão celebrados	Conforme a demanda e cronograma específico acordado entre os PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO

Belo Horizonte, 24 de junho de 2023.


Aline Rolla Moraes Kierulff
Presidente

FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA


Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S/A


Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S/A



ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Definição	Cronograma				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
1.1	Análise jurídica do Contrato de Concessão					
1.2	Análise econômico-financeira do Contrato de Concessão					
1.3	Apoio à gestão do Contrato de Concessão					